TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Videomonitoramento e fornecimento de internet, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e software, instalação, operacionalização, gerenciamento e personalização de funcionalidades, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.
LOTE ÚNICO	01	**Cód. (460862-3)** – Serviço de videomonitoramento e fornecimento de internet, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e software, instalação, operacionalização, gerenciamento e personalização de funcionalidades, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	Descrito no item 1.1.1 deste Termo de Referência.	MÊS	12

1.1.1 **Especificações do objeto:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. (MÊS)	QTDE	VALOR (R$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
01	**KIT - Serviço de vídeo monitoramento** via solução integrada com um software de vídeo monitoramento, **com fornecimento de internet**, com instalação, manutenção preventiva e/ou corretiva, e demais equipamentos necessários ao	12	01		

	armazenamento e transmissão das imagens composta pelos seguintes itens: 01 (um) DVR 16 CH; 01 (um) DVR 8 CH; 10 (dez) câmeras de 1MP; 01 (um) Botão PS (Dispositivo IoT); 04 (quatro) Sirenes Remotas (Dispositivo IoT); 01 (um) Nobreak; 01 (um) Switch; 03 (três) Links de Internet; 08 (oito) Roteadores Access Point (wi-fi); Licença de Software VMS.				
02	**Ponto de Câmera de Videomonitoramento 1MP (adicional ao item 01),** incluindo serviço de videomonitoramento, internet, licença de software VMS, instalação, manutenção preventiva e corretiva, continuamente pelo período de um mês.	12	14		
03	**Access Point (Wi-Fi),** incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva continuamente pelo período de um mês.	12	02		

1.2 Da descrição dos itens:

1.2.1 **ITEM 01 KIT - Serviço de vídeo monitoramento** via solução integrada com um software de vídeo monitoramento, **com fornecimento de internet**, com instalação, manutenção preventiva e/ou corretiva, e demais equipamentos necessários ao armazenamento e transmissão das imagens, com serviços de video monitoramento via sistema 24 (vinte e quatro) horas por dia 7 (sete) dias por semana.

1.2.2 Instalar e fornecer internet para funcionamento de todo o sistema, inclusive arcando com todos e quaisquer custos para a sua operação, em tempo integral, durante a vigência do Contrato.

1.2.3 Especificações mínimas dos links de internet: Serviço de conexão internet Banda Larga capaz de suportar a sustentação da solução com taxa mínima de 10 Mb/s de UPLOAD em tempo integral.

1.2.4 É responsabilidade da CONTRATADA manter uma Central de Videomonitoramento remoto, permitindo observar os eventos detectados pelo software analítico à distância e avisar imediatamente aos órgãos competentes de Segurança Pública, qualquer ocorrência ou não conformidade que possa surgir, tais como: invasão de perímetro, atitudes suspeitas, abandono de objetos, tentativas de furto.

1.2.5 O Kit de serviços integrados, além do videomonitoramento 24x7, instalação, manutenção preventiva e corretiva, e demais equipamentos necessários ao armazenamento e transmissão das imagens, é composto pelos seguintes itens:

1.2.5.1. 01 (um) DVR 16 CH;

1.2.5.2. 01 (um) DVR 8 CH;

1.2.5.3 10 (dez câmeras de 1MP)

1.2.5.4 01 (um) Botão PS (Dispositivo IoT);

1.2.5.5 04 (quatro) Sirenes Remotas (Dispositivos IoT);01 (um) Nobreak;

1.2.5.6 01 (um) Switch;

1.2.5.7 03 (três) Links de Internet;

1.2.5.8 08 (oito) Roteadores Access Point (wi-fi);

1.2.5.9 Licença de Software VMS;

1.2.5.10 Aplicativo Móvel.

1.2.6 10 (dez) câmeras com especificações técnicas de acordo com o item 1.2.5.3

1.2.7 1 (um) botão PS:

1.2.7.1 Botoeira, dispositivo de Pânico Silencioso (PS), cuja função é enviar ao sistema os avisos de assalto ou situações de risco, detectadas no estabelecimento monitorado;

1.2.7.2 A botoeira (PS) obrigatoriamente funcionará via internet (IoT) munida de um micro-controlador para comunicação com o sistema;

1.2.7.3 A botoeira (PS) obrigatoriamente enviará, em tempo real, alertas de mau funcionamento para os dois casos, juntos ou isolados: tanto para falta de energização, quanto para falha no sinal de internet que alimenta este PS.

1.2.8 4 (quatro) Sirenes:

1.2.8.1 Dispositivo de alarme sonoro (SIRENE), cuja função é poder ser acionada remotamente

através do PC da sala de monitoramento da contratada, ajudando na prevenção do furto antes da chegada da Força Policial;

1.2.8.2 A sirene obrigatoriamente funcionará via internet (IOT) munida de um micro-controlador para comunicação com o sistema;

1.2.8.3 A sirene obrigatoriamente enviará, em tempo real, alertas de mau funcionamento para os dois casos, juntos ou isolados: tanto para falta de energização, quanto para falha no sinal de internet que alimenta esta sirene;

1.2.8.4 Emitirá ruído sonoro com potência superior a 110 dB.

1.2.9 Dispositivo de armazenamento de imagens com serviços agregados

1.2.9.1 Nobreak: Equipamento mínimo com 700Va, para manutenção momentânea do serviço de monitoramento, mesmo quando houver a interrupção do fornecimento de energia, devendo suportar um mínimo de 15 minutos alimentando modem de internet, câmeras, gravador de imagens e dispositivos IoT.

1.2.9.2 Instalação e manutenção preventiva/corretiva continuamente pelo período de um mês.

1.2.10 Compatível com software integrado de monitoramento contemplando as seguintes características mínimas:

1.2.10.1 Do software client desktop/web:

1.2.10.1.1 O sistema deverá possuir controle de usuários com diferentes tipos de permissão e acesso;

1.2.10.1.2 Cadastro (CRUD - Create, Read, Update, Delete) desta Agência, que contenham nome, documento, endereço completo, localização e contatos de emergência. O mesmo também poderá ser relacionado a aplicativos e a dispositivos **IoT** do estabelecimento;

1.2.10.1.3 Cadastro (CRUD - Create, Read, Update, Delete) de dispositivos de imagem (câmeras, DVRs, NVRs e terminais de identificação facial);

1.2.10.1.4 Recebimento de chamados realizados através dos botões PS já mencionados, assim como dos aplicativos móveis deverão ser visualizados em tempo real. Ao recebimento de um novo chamado deverá ser disponibilizada todas as informações dos estabelecimentos e dispositivos previamente cadastrados;

1.2.10.1.5 O sistema de monitoramento permitirá que o usuário visualize as imagens das câmeras em tempo real e crie mosaicos pré-estabelecidos para uma visualização mais rápida;

1.2.10.1.6 O sistema deverá possuir as funcionalidades de visualização, reprodução e download de imagens gravadas;

1.2.10.1.7 O sistema deverá detectar eventos de desconexão de todos os dispositivos de imagem, em tempo real, assim como eventos de perda de vídeo (mau funcionamento de uma câmera específica);

1.2.10.1.8 O sistema deverá receber eventos de detecção de movimento inteligente (análise de imagens para detecção de humanos), destacando imediatamente a imagem numa tela na sala de monitoramento da CONTRATADA;

1.2.10.1.9 Os eventos de detecção de movimento deverão ter suas imagens gravadas;

1.2.10.1.10 O Sistema deverá ativar automaticamente a detecção de movimento em horário pré-definido;

1.2.10.1.11 O sistema deverá emitir relatórios para acompanhamento das principais funcionalidades, tais como conectividade dos dispositivos (câmeras, DVRs, NVRs e terminais de identificação facial), horário e pessoa responsável por ativação e desativação da detecção de movimento, dados das ocorrências (dispositivo, horário, endereço e geo-localização), acionamento dos dispositivos IoT remotos (Sirenes);

1.2.10.1.12 O sistema deverá mostrar através de indicadores visuais, o status dos dispositivos IoT;

1.2.10.1.13 O sistema deverá permitir acionamento de comando dos dispositivos IoT de forma simples ("disparar sirene", por exemplo);

1.2.10.1.14 A solução desktop/web deve ser integrada em um único software, com objetivo de facilitar o acesso para a CONTRATANTE e para os Organismos de Segurança responsáveis.

1.2.10.2 Do aplicativo móvel (*Mobile*):

1.2.10.2.1 Visualização das imagens em tempo real;

1.2.10.2.2 Controle de acesso, podendo bloquear visualização das imagens para um determinado usuário;

1.2.10.2.3 Enviar ao sistema os avisos de assalto ou situações de risco, detectadas no estabelecimento monitorado;

1.2.10.2.4 Permitir ativação e desativação da função de detecção de movimentos, através das imagens;

1.2.10.2.5 Permitir acesso a relatórios para acompanhamento da pessoa responsável por

ativação e desativação da detecção de movimento e ocorrências geradas via aplicativo.

1.2.10.3 Descrição fornecimento de internet:

1.2.10.3.1 Switch com especificações mínimas de 16 (dezesseis) Portas Gigabit.

1.2.10.3.2 Roteadores Access Point conforme item 1.2.5.8.

1.2.10.3.3 Links de Internet (três):

1.2.10.3.3.1 Primeiro link com velocidade de 300MB de Download (200MB de Upload);

1.2.10.3.3.2 Segundo link com velocidade de 600MB de Download (300MB de Upload);

1.2.10.3.3.3 Terceiro link com velocidade de 800MB de Download (400MB de Upload);

1.2.10.3.3.4 Funcionando todos os três links em conjunto, 24 horas por dia, nos 07 dias na semana.

1.2.11 ITEM 2 - Ponto de Câmera de Videomonitoramento 1MP:

1.2.11.1 Compatível com o **item 1** para ampliação da cobertura do monitoramento predial com serviço de transmissão de dados (internet) capaz de viabilizar o monitoramento sem comprometimento de conexão;

1.2.11.2 Características físicas mínimas:

- Pixels efetivos: 1280 (H) x 720 (V);
- Resolução Mínima de 1MP;
- Alcance do IR para 20 metros;
- IR inteligente;
- Transmissão de vídeo HDCVI ou IP;
- Analíticos de vídeo com detecção inteligente de pessoas, podendo ser na câmera ou no DVR/NVR.

1.2.12 ITEM 3 – Roteadores Access Point (Wi-Fi)

1.2.12.1Características mínimas:

1.2.12.1.1 Alcance de até 300m²;

1.2.12.1.2 Suportar até 350 usuários simultâneos;

1.2.12.1.3 Gerenciamento via interface Web;

1.2.12.1.4 Velocidade de 1350 Mbps com tecnologia Dual Band;

1.2.12.1.5 Isolamento de tráfego de convidados;

1.2.12.1.6 Tecnologia POE.

1.3 O bem objeto desta licitação é caracterizado como comum, conforme descrição do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021.

2. MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação do presente processo será realizada na modalidade de dispensa de licitação, de forma eletrônica, adotando o critério de menor preço por LOTE, em conformidade com o art. 75, II, §2° da Lei 14.133 de 2021, o Decreto Estadual nº 342 de 2023 e demais normas pertinentes e suas alterações.

2.2 A presente contratação é necessária uma vez que, os serviços de monitoramento visam a proteção do patrimônio público, inibir ações delituosas e oferecer uma maior segurança aos servidores, bem como a população que frequenta o espaço público.

2.3 Considerando a vulnerabilidade da segurança pública que impede uma ação mais eficiente na preservação do prédio público, é primordial que haja recursos que possam contribuir na garantia da segurança do patrimônio da AGRESE com os serviços de monitoramento das áreas de forma contínua nas 24h e 7 dias por semana, inclusive, aos sábados, domingos e feriados, incluindo equipamentos e serviços necessários para atendimento em caso de sinistros.

2.4 Além disso, objetiva também a detecção de atividades suspeitas promovendo uma ação mais rápida em casos de invasão, roubo ou qualquer outro tipo de violação.

2.5 Além disso, para a contratação de serviços de videomonitoramento se faz necessária a continuidade dos serviços de telecomunicações oferecido por meio de fibra óptica (internet), a fim de assegurar a confiabilidade nas receptações e downloads das imagens, além de permitir que os servidores consigam exercer suas atribuições de forma rápida e eficiente.

2.5 Mediante nova estrutura da Agrese com ampliação de novos setores trouxe uma verdadeira transformação, e dentro desse novo contexto existe um novo parque tecnológico, sendo assim, vale salientar que esse serviço deve ser adquirido em caráter de urgência.

2.6 Desta forma, a fim de mitigar riscos relacionados ao patrimônio público, bem como a integridade de quem acessa o prédio, além da continuidade dos serviços de internet para que não prejudique o andamento dos serviços administrativos, justifica-se a contratação dos serviços pretendidos.

3.DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO

OBJETO

3.1 A solução da presente contratação é a garantia da segurança patrimonial da Agrese, bem como a continuidade dos serviços de internet, assegurando a confiabilidade nas receptações e dowloads das imagens, além da continuidade dos serviços administrativos.

3.2 Ressalta-se que o objeto tratado na solução escolhida refere-se a um serviço a ser prestado por meio de contrato, dessa maneira o ciclo de vida reflete a sua vigência, ou seja, 12 (doze) meses.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratada deverá apresentar documentos necessários e suficientes para comprovar sua capacidade jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, conforme o artigo 62 e seguintes da Lei 14.133/2021 e especificações do Termo de Referência.

4.2 A contratação se dará por lote único e o pagamento mensal será conforme a medição mensal daquilo que efetivamente estiver sendo executado.

4.3 A Contratada deve possuir software próprio (desenvolvido pela mesma) através da documentação certificadora do INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, uma vez que durante a execução do contrato, poderão ser necessários serviços de implementação de funcionalidades não vigentes no termo sob demanda, para suprir necessidades específicas da Contratante.

5. DA DOCUMENTAÇÃO:

5.1 Proposta de preços

5.1.1 O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos, inclusive quanto a especificações e garantias do objeto, prazo e validade da proposta.

5.1.2 As propostas encaminhadas deverão conter prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

5.1.2.1 A proposta que, injustificadamente, apresentar prazo de validade menor que o determinado neste Termo de Referência, sua validade será considerada conforme descreve o item 5.1.2

5.1.2.2 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas,

tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado

5.1.3 A proposta de preços deverá ser cotada de acordo com o modelo e detalhamento do objeto, contidos neste Termo de Referência (**item 1.1.1 e item 1.2 e seguintes**), contendo:

5.1.3.1 Descrição detalhada do objeto;

5.1.3.2 Unidade e quantidade;

5.1.3.3 Valores unitários, totais por unidade e total do lote;

5.1.3.4 Validade da proposta;

5.1.3.5 Prazo para início da execução dos serviços;

5.1.3.6 Dados bancários para recebimento.

5.1.4 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada em relação aos lances ofertados, seja com relação a preço, marca, modelo, prazo ou qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar erros materiais e à redução de preços por lances, alterações estas que serão analisadas e decididas pela AGRESE.

5.1.5 A descrição do objeto contida no Portal Compras Net é genérica, sendo que prevalecerá, para efeito de proposta, a descrição com todas as suas especificações contidas no **item 1.1.1 e 1.2 e seguintes** deste Termo de Referência.

5.1.5.1 No caso em que as especificações dos objetos ofertados pelo licitante tenham divergências com as especificações deste Termo de Referência, obrigatoriamente deverão ser submetidas a aprovação da AGRESE, mediante questionamento formal e escrito, formulado pelo licitante.

5.1.6 O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.2 **Habilitação jurídica:**

5.2.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

5.2.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.2.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

5.2.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou **sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada** - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto oucontrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.2.4 Declaração de enquadramento como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), microempreendedor individual (MEI);

5.2.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

5.2.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.2.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

5.2.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

5.2.9 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

5.2.10 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de

13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

5.2.11 Declaração sobre empregado menor, conforme disposto no art 7º, XXXIII da Constituição Federal.

5.2.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista

5.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

5.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

5.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativaà atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.3.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.3.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.3.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará

dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.4 Qualificação técnica

5.4.1 Comprovação de aptidão para a execução dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

5.4.2 Os atestados deverão referir-se à execução de objeto no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

5.4.3 O licitante disponibilizará, caso solicitado pelo Agente de Contratação, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto.

5.4.4 Para efeito de comprovação de aptidão técnica o licitante deverá apresentar em um único atestado a execução de 40% do quantitativo previsto neste termo de referência para o vídeo monitoramento.

5.4.5 O licitante disponibilizará, caso solicitado pelo Agente de Contratação, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, comprovando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, assim como serão aceitos os atestados referentes à execução das atividades e acervo do responsável técnico.

5.4.6 Apresentar declaração e comprovação de software próprio (desenvolvido pela CONTRATADA) através da documentação certificadora do INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, já que, durante a execução do contrato, poderão ser necessários serviços de implementação de funcionalidades não vigentes no termo sob demanda, para suprir necessidades específicas da CONTRATANTE.

5.4.7 Comprovação de Registro Junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT da empresa e responsável técnico (Engenheiro Elétrico e/ou Engenheiro Eletrônico e/ou Técnico em Eletrônica), expedido pelo Conselho Regional

da sede da licitante, em plena validade.

5.5 Qualificação econômico-financeira

5.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

5.5.2 Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado de exercicio e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) útimos exercícios sociais.

5.6 Da habilitação

5.6.1 Para efeito de habilitação, o arrematante detentor do melhor lance, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, após o fim da etapa competitiva, para apresentar as documentações conforme o item 6 (seis) e subitens deste Termo de Referência.

5.6.1.1 Toda documentação deverá ser encaminhada pelo licitante vencedor no formato PDF ou JPEG, através do e-mail da AGRESE divulgado no Portal Compras Net ou pelo E-doc.

5.6.1.2 Conforme o art. 43, parágrafo 1° da Lei Complementar 155 de 2016, caso seja verificada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que o proponente for declarado o vencedor do certame, com a possibilidade de prorrogação do referido prazo por igual período, desde que haja manifestação expressa do licitante junto a AGRESE, antes de sua expiração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

5.6.2 O licitante detentor do melhor lance, será sumariamente desclassificado, se incorrer em:

5.6.2.1 Descumprimento do item 6 (seis) e subitens, dentro dos prazos do item 5.6.1 (cinco ponto seis ponto um) e demais prazos aqui estabelecidos;

5.6.2.2 Proposta enviada com valor superior ao lance ofertado;

5.6.2.3 Proposta divergente ou incompatível com o modelo de proposta apresentado no **ANEXO A,** assim como com a descrição e especificações do objeto conforme **item 1.1.1 e 1.2,** deste Termo de Referência.

5.6.3 Se o vencedor for inabilitado, a AGRESE examinará a proposta e documentos, elencados no item 5 (cinco) e subitens, do classificado subsequentemente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, prevalecendo os mesmos prazos daquele item.

6 DA ADJUDICAÇÃO

6.1 Será adjudicado, o arrematante detentor do melhor lance, que apresentar as documentações conforme o item 5 (cinco) e subitens, dentro dos prazos do item 5.6.1 (cinco ponto seis ponto um) deste Termo de Referência e apresentar **a VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE (PROVA DE CONCEITO - POC),** conforme descrições abaixo:

- Em até 3 (três) dias úteis, contados da data da apresentação da proposta, o Agente de Contratação convocará a licitante classificada em primeiro lugar para demonstrar sua solução na realização da Prova de Conceito (POC). A verificação de conformidade ocorrerá nos termos do item 1.2 deste Termo de Referência e deverá ser concluída em até 2 (dois) dias úteis, analisados pela banca técnica contados a partir da data predeterminada para início, em horário e data previamente combinados. Sendo assim, a licitante será desclassificada nas seguintes situações, além de outras situações previstas neste Termo:
  a) Não apresentar documentação em conformidade com as especificações de qualificação técnica previstas no item 5.4;
  b) Não comparecimento para a demonstração técnica;
  c) Baseado no presente Termo de Referência, deixar de atender a algum dos itens mencionados no quadro abaixo, os quais serão todos verificados um a um quando da realização da Prova de Conceito (POC) presente no **Anexo II.**

7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O prazo de **início da execução do serviço é de até 05 (cinco) dias úteis,** contados da ordem de serviço/nota de empenho, em remessa única.

7.1.1 A ordem de serviço/nota de empenho será encaminhada por qualquer meio digital ou físico.

7.2 A conexão e os equipamentos devem ser instalados no Prédio da AGRESE, localizada na Avenida Marieta Leite, nº 301, Bairro Grageru, CEP 49.027-190, Aracaju, Sergipe, em dia de expediente, no horário compreendido entre 07:00 às 13:00 horas, correndo por conta da contratada as despesasde seguros, transporte, frete, montagem, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

7.3 A CONTRATADA deverá concluir o serviço em 10 (dez) dias úteis, salvo por motivo justificado a ser verificado junto com a CONTRATANTE.

7.4 Toda a instalação, seja externa ou interna e a configuração dos equipamentos componentes devem ser realizados pela empresa contratada, sendo os equipamentos regidos por comodato.

7.5 Não será exigida garantia de execução.

7.6 O fornecimento do objeto será integral.

7.7 A CONTRATADA deverá cumprir com os requisitos descritos no **ANEXO I** no que concerne a proteção de dados da CONTRATANTE.

7.8 Não deverá haver custos associados à instalação, mudanças de endereço e alteração de velocidade, os quais deverão estar previstos como parte do serviço a ser fornecido, não sendo cobrados a parte.

7.9 A contratada poderá realizar visita técnica no local onde serão executados os serviços, qual seja AGRESE, localizada na Avenida Marieta Leite, nº 301, Bairro Grageru, CEP 49.027-190, Aracaju, Sergipe, em dia de expediente, mediante prévio agendamento de horário, correndo a suas expensas as despesas correspondentes.

7.10A CONTRATADA deverá manter armazenamento das imagens proveniente das câmeras, em tempo integral, in-loco, pelo período mínimo de 10 (dez) dias corridos para consulta pelo Contratante ou pelos organismos de Segurança Pública.

7.11 A CONTRATADA deverá manter armazenamento das imagens proveniente das câmeras, geradas a partir dos eventos e ocorrências detectadas pela CONTRATANTE ou solicitadas pela CONTRATANTE e órgãos competentes, em "NUVEM", pelo período mínimo de 10 (dez) dias corridos para consulta pelo Contratante ou pelos organismos de Segurança Pública.

7.12 Os ativos distribuídos nas unidades deverão ser monitorados pela CONTRATADA regime integral (7 x 24), redundante e com nível de segurança física e lógica compatível com a solução, garantindo o funcionamento adequado dos equipamentos, corrigindo qualquer falha que os equipamentos venham a apresentar.

7.13 A CONTRATADA irá dispor de meios de contato para acionamento imediato dos incidentes através de telefone e e-mail;

7.14 A CONTRATADA deverá ter em seu escopo um sistema de monitoramento e acompanhamento em tempo real de conexões ativas dos terminais a fim de agilizar o acionamento do suporte caso algum equipamento acabe ficando offline;

7.15 Será de responsabilidade da CONTRATADA tomar providências em implantar mecanismos que possam garantir o pleno funcionamento dos equipamentos em caso de incidentes que possam interferir no funcionamento da solução como um todo.

7.16 A CONTRATADA deverá fornecer todos os demais materiais e equipamentos necessários e em quantidade suficiente com características compatíveis e atendendo as normas legais, para a perfeita instalação e configuração de todo o sistema de segurança eletrônico por videomonitoramento (CFTV), tais como: câmeras, DVR/NVR, roteadores, swichts, rack, régua para rack, fontes, nobreaks, fontes de energização 12V, prateleiras, cabos, conectores, conduítes, curvas, joelhos, difusores, parafusos, porcas, arruelas, buchas, caixas de passagens, e demais itens necessários à montagem e funcionamento do CFTV.

7.17 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta entrega.

7.18 Os bens deverão vir acompanhados dos manuais, certificados de garantia do fabricante inclusive de componentes e acessórios e demais documentos relativos aos equipamentos, em português.

7.19 Havendo necessidade de assistência técnica especializada relativa ao equipamento, a contratada deverá realizar a intermediação com empresa certificada para este tipo de serviço, devendo as chamadas ser atendidas num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

7.20 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar a suas expensas os equipamentos que vier a ser recusado, sendo que o recebimento não importará sua aceitação.

7.21 Os equipamentos deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

8.1 Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com

a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e/ou nota de empenho, devendo ser substituídos **no prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelaAdministração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da entrega do objeto.

Liquidação

8.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de trinta dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos nos termos do art. 92, VI, Lei 14.133 de 2021.

8.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1 o prazo de validade;

8.9.2 a data da emissão;

8.9.3 o valor a pagar; e

8.9.4 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.13 Não sendo apresentado documento referente a regularidade fiscal, o contratante deverá adotar as medidas necessárias nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

8.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, acompanhados da Nota Fiscal discriminada de acordo com a Nota de

Empenho, após o seu recebimento definitivo e atesto pelo responsável pelo recebimento do objeto conforme seção anterior, nos termos do art. 92, VI, Lei 14.133 de 2021.

Forma de pagamento

8.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.16 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.17.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.18 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado da contratação é de R$124.914,00 (cento e vinte e quatro mil novecentos e catorze reais).

10 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas conforme classificação orçamentária presente na cláusula 14 na minuta do contrato.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Caso a empresa vencedora do certame não possua cadastro no sistema I-GESP (Gestão Pública Integrada), será enviada, a relação de documentos necessários para o cadastramento, ao

e-mail da empresa constante no Portal Compras Net, que terá prazo de 24 horas para atender a solicitação, sob pena de inabilitação do arrematante.

11.2As normas disciplinadoras do certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.3 A proponente será responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.

11.4 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações neles contidos implicará a imediata desclassificação/inabilitação da proponente que o tiver apresentado, ou caso tenha sido o vencedor, o cancelamento da contratação, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

11.5 A AGRESE promoverá, em qualquer fase da contratação, diligência com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

11.6 O preço proposto é fixo e irreajustável, ficando por conta do fornecedor todos os impostos, taxas, fretes com riscos e demais encargos que incidam sobre o objeto, assim como em caso de serviço, os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução da entrega em conformidade com as condições previstas neste Termo de Referência.

11.7 A não entrega do bem e/ou serviço em perfeita condição de uso, até a data limite para a entrega, implicará nas sanções previstas na lei nº 14.133/2021.

11.8 Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas e suprimidas pela Comissão da AGRESE.

Aracaju/SE, 16 de maio de 2025.

Roberta Antunes Santos
Coordenadora

Júlio César Moreira Melo
Membro

Adenaldo Barroso da Silva
Membro

Maria da Conceição Albuquerque
Membro

ANEXO I

CLÁUSULAS DE PROTEÇÃO DE DADOS

1. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

1.1. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CONTRATANTE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CONTRATANTE, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

1.2. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

1.3. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

1.4. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CONTRATANTE. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

1.5. Em possíveis rescisões contratuais ou quando demandado a CONTRATADA deverá garantir toda posse dos dados pessoais por meio de migração viável pela CONTRATANTE assim como a não existência mais de sua posse.

2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

2.1. Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

2.2. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

2.2.1. Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

2.2.2. Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

2.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

ANEXO II – PROVA DE CONCEITO (POC)

Item	Descrição	Em conformidade
1	Demonstrar cenário com ponto de câmera, usando pelo menos 2 câmeras e um gravador de imagens (DVR ou NVR). Não será necessário Nobreak durante a POC.	( ) Sim ( ) Não
2	Apresentar declaração e comprovação de software próprio (desenvolvido pela CONTRATADA), já que, durante a execução do contrato, poderão ser necessários serviços de implementação de funcionalidades não vigentes no termo sob demanda, para suprir as necessidades especificas da CONTRATANTE.	( ) Sim ( ) Não
3	Demonstrar que o sistema é capaz de monitorar eventos de desconexão de todos os dispositivos de imagem, em tempo real, assim como eventos de perda de vídeo (mal funcionamento de uma Câmera) para viabilizar agilidade aos serviços de manutenção.	( ) Sim ( ) Não
4	Demonstrar que o software de videomonitoramento possui as funcionalidades de visualização, reprodução e download de imagens gravadas.	( ) Sim ( ) Não
5	Demonstrar que o software é capaz de receber eventos de detecção de movimento inteligente (análise de imagens para detecção de humanos) baseado apenas em vídeo, destacando a imagem na tela imediatamente numa tela na sala de monitoramento da CONTRATADA.	( ) Sim ( ) Não
6	Demonstrar que os eventos de detecção de movimento inteligente recebidos pelo sistema terão suas imagens gravadas automaticamente in loco.	( ) Sim ( ) Não
7	Demonstrar cenário com 2 dispositivos IoT considerando um botão PS e uma Sirene.	( ) Sim ( ) Não
	Demonstrar ser capaz de monitorar desconexão de todos os dispositivos IoT (Botão PS e Sirene), em tempo real,	

8	para viabilizar agilidade aos serviços de manutenção O status desconectado servirá para os dois casos, juntos ou isolados: tanto para a falta de energização, quanto para a falha no sinal de internet, que alimentam este Dispositivo IoT.	( ) Sim ( ) Não
9	Demonstrar acionamento do botão PS e destacar no sistema de vídeo monitoramento, o recebimento do chamado realizado.	( ) Sim ( ) Não
10	Demonstrar acionamento remoto da Sirene através do sistema de vídeo monitoramento.	( ) Sim ( ) Não
11	Demonstrar que o Aplicativo Móvel Android (para smartphones Android) permite: - Visualização das imagens em tempo real. - Controle de acesso, podendo bloquear visualização das imagens para determinado usuário. - Enviar ao sistema os avisos de assalto ou situações de risco, detectadas no estabelecimento monitorado. - Ativação e desativação da função de detecção de movimentos, através das imagens. - Acesso a relatórios para acompanhamento da pessoa responsável por ativação e desativação da detecção de movimento e ocorrências geradas via aplicativo.	( ) Sim ( ) Não
12	Demonstrar que o Aplicativo Móvel IOS (para smartphones IOS) permite: - Visualização das imagens em tempo real. - Controle de acesso, podendo bloquear visualização das imagens para determinado usuário. - Enviar ao sistema os avisos de assalto ou situações de risco, detectadas no estabelecimento monitorado.	( ) Sim ( ) Não

	- Ativação e desativação da função de detecção de movimentos, através das imagens. - Acesso a relatórios para acompanhamento da pessoa responsável por ativação e desativação da detecção de movimento e ocorrências geradas via aplicativo.	
13	A solução desktop/web deve ser integrada em um único software, com objetivo de facilitar o acesso para a contratante e para os Organismos de Segurança responsáveis.	( ) Sim ( ) Não

Anexo A

Modelo de Proposta

A empresa **XXXXXXXXXXXXXX** (razão social da licitante e/ou nome fantasia)

Inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXX-XX,** Inscrição Estadual: **XXXXXXXX** (quando houver)

Endereço **XXXXXXXXXXXXXXXX** (completo)

Contato telefone: **(XX) XXXXX – XXXX**, Contato digital **XXXX@XXXXXX**

À AGRESE

Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe

Referente a (Processo Licitatório) **XX** nº **XXX/2025**

A/C **XXXXXXXXX**

Por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr(a) (**nome do representante legal**), infra-assinado, para os fins da Dispensa por Valor - DV nº **XXXX**/2025, apresenta a seguinte proposta de preço:

	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	V. UNIT. (Mês)	V. TOTAL
LOTE ÚNICO	01		MÊS	01		
	02		MÊS	14		
	03		MÊS	02		
VALOR GLOBAL:						R$

Validade da proposta: **XX** dias (**mínimo de 90 dias: item** 5.1.2 do Termo de Referência);

Prazo de início de execução do serviço: **XX** dias (**máximo 05 dias úteis: i**tem 7.1 do Termo deReferência);

Dados Bancários da Contratada:

Banco: (xxxxx), Agência: (xxxx), nº da conta corrente: (xxxxx)

(Assinatura do responsável legal)

_____

Identificação do responsável legal

Anexo B

DISPENSA POR VALOR Nº XXX/2025

(Processo Administrativo n°

158/2025)

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIDEO MONITORAMENTO COM FORNECIMENTO DE INTERNET QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE E A EMPRESA XXXXXXXX.

A Agência Reguladora do Estado de Sergipe – AGRESE, doravante denominada **CONTRATANTE**, Autarquia Estadual inscrito(a) no CNPJ sob o nº 23.083.433/0001-53, com sede na avenida Marieta Leite, nº 301, bairro Grageru, na cidade de Aracaju/SE, neste ato representado por **LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA,** portador do RG n.º 3.308.758 SSP/SE e do CPF n.º 111.595.535-72, na qualidade de Diretor- Presidente e de outro lado a empresa **XXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXX, sediado na XXX nº XX Bairro XX na cidade de XXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade nº XX, expedida Pela XXXX, e CPF nº XXXXX, têm entre si, justo e acordado por força deste instrumento, o presente **CONTRATO**, sujeitando as normas preconizadas na Lei n° 14.133/21, e no que consta do Processo de **XXX nº XX/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é **Contratação de serviços de Videomonitoramento com**

fornecimento de internet, conforme condições e estabelecidas no Termo de referência, Processo nº 158/2025-COMP.CON.DIRETA-AGRESE.

1.1 Este Contrato vincula-se ao Termo de Referência e seus anexos, da DV xxxxx/2025, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2 Objeto da contratação:

	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	V. UNIT. (Mês)	V. TOTAL
LOTE ÚNICO	01		MÊS	01		
	02		MÊS	14		
	03		MÊS	02		
VALOR GLOBAL:						R$

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 A Proposta do contratado;

1.3.3 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, apensado a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R$ ( ).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, o qual está apensado ao processo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou dequalquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Garante-se a CONTRATADA o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei 14.133/21, a ser efetivado por meio de Termo Aditivo.

8CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato;

8.3 Observar se os serviços estão sendo prestados naas condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, na prestação dos serviços.

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

8.12A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade

a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5 Quando não for possível a verificação da regularidade nos sítios oficiais, o contratadodeverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para finsde pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transferea responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.8 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.12Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.15 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.16 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.17 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.18 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não será exigida garantia de execução.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS

11.1 A contratada deverá assinar o Termo de Compromisso e Sigilo de dados e Informações, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo Representante legal da Contratada.

11.1.1 O não cumprimento desta cláusula por qualquer uma das partes, inclusive em caso de eventuais danos causados à parte contrária ou a terceiros, responsabilizará o responsável nos termos da lei.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou aofuncionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivojustificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de

penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

1. Moratória de 0,5 % (zero vírgula cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de15% a 30% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem11.1, de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15% dovalor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15%do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15%do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

a **Quantidade ou qualidade dos bens ou serviços fornecidos:**

- Entrega de produtos ou serviços abaixo dos padrões especificados no contrato;
- Fornecimento de uma quantidade inferior à acordada.

b **Atrasos de Entrega:**

- Não cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos no contrato;
- Entrega tardia que causou prejuízos ou impactos significativos para a parte contratante.

c **Não conformidade com especificações técnicas:**

- Não atendimento às especificações técnicas acordadas;
- Fornecimento de produtos ou serviços que não atendem aos requisitos de desempenhoestipulados.

d **Deficiência na qualidade ou desempenho**

- Produtos ou serviços que não atendem aos padrões de qualidade exigidos;
- Desempenho insatisfatório que afeta a utilidade dos bens ou serviços.

e **Violação de Cláusulas Contratuais Essenciais**

- Violação de cláusulas fundamentais do contrato que afetam diretamente os objetivosprincipais da transação;
- Não cumprimento de obrigações críticas estabelecidas no contrato.

f **Falta de cooperação ou comunicação:**

- Falta de cooperação adequada no cumprimento do contrato;
- Falta de comunicação efetiva sobre problemas, atrasos ou mudanças nas condiçõescontratuais.

g **Descumprimento de Garantias:**

- Não fornecimento ou inadequação de garantias especificadas no contrato;
- Falha em corrigir defeitos ou problemas dentro do prazo acordado.

h **Má conduta ou negligência grave:**

- Má conduta evidente que prejudica a relação contratual;
- Negligência grave que resulta em danos significativos à parte contratante.

i **Aumento de Custos Injustificado:**

- Aumento injustificado dos custos acordados sem justificativa válida;
- Falta de transparência nos custos incorridos.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse

valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório,a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas,

para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato (Art.162, da Lei nº 14.133 de 2021).

12.9.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei (Art.162, parágrafo único, da Lei 14.133 de 2021).

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar oucontratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para extinção do Contrato as situações previstas no art 137, Capitulo VIII da Lei nº 14.133/21,bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa nãoensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá serformalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

13.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório(art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7 O presente Contrato poderá ser extinto, também, por conveniência administrativa, a Juízo do CONTRATANTE, sem que caiba à CONTRATADA qualquer ação ou interpelação judicia

13.8 Na ocorrência da extinção prevista no item 13.7, não incidirá ônus sobre a CONTRATANTE em virtude desta decisão.

13.9 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.10 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado, para o exercício de *2025*, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: 13201

Classificação Funcional Programática: 04.122.0036

Ação/Projeto/Atividade: 0226

Elemento de Despesa: 33903900

Fonte de Recurso: 175300

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicaveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas no Decreto Estadual 342/2023, e nos preceitos do Direito Público e supletivamente, e nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições do Direito Privado.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18 CLAÚSULA DÉCIMA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

18.1 Fica designado o servidor JÚLIO CESAR MOREIRA MELO portador do RG nº 366.263, CPF nº 154.646.605-34, lotado nesta Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe para acompanhar e fiscalizar cota-parte que lhe cabe no contrato;

18.2 Compete a fiscalização, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas deste contrato e as legais especificadas, verificando se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada;

18.3 O servidor na condição de fiscalizador do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;

18.4 Ação de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 É eleito o Foro da Aracaju para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme a Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Aracaju/SE, XX de XXXX de 2025.

_____

LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA

Responsável legal da CONTRATANTE

_____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-